



Governo do Estado de São Paulo
Secretaria de Governo
Ouvidoria Geral do Estado

Despacho

Assunto: DECISÃO OGE/LAI nº 169/2020

Número de referência: PROTOCOLO SIC [REDACTED]

SECRETARIA: Secretaria de Governo

ASSUNTO: Pedido de informação formulado por [REDACTED]

EMENTA: Solicitação de detalhamento individualizado dos gastos de comunicação em 2019, expostos de forma mais generalizada no site da Comunicação com prestadora de serviços determinada. Adequado atendimento da demanda. Provimento negado.

DECISÃO OGE/LAI nº 169/2020

1. Trata o presente expediente de pedido formulado à Secretaria de Governo, número SIC em epígrafe, para acesso ao detalhamento individualizado dos gastos de comunicação em 2019, expostos de forma mais generalizada no site da Comunicação com prestadora de serviços determinada.
2. Em resposta e recurso, o ente respondeu ao pedido, indicando os dados seriam disponibilizados para consulta pessoalmente. Insatisfeito, o solicitante apresentou o presente apelo revisional, cabível a esta Ouvidoria Geral conforme atribuição estipulada pelo artigo 32 do Decreto nº 61.175/2015.
3. No caso concreto em análise, verifica-se que o ente disponibilizou corretamente a informação solicitada, indicando o local para consulta das informações digitais e para a busca da informação detalhada que se encontra em formato impresso.
4. A Lei de Acesso à Informação - Lei nº 12.527/2011, em seu art. 11 § 6º, preconiza que a informação deve ser disponibilizada no formato em que se encontra, desonerando o órgão de trabalhos adicionais. Tal dispositivo legal foi repetido na regulamentação do Estado de São Paulo no artigo 15 § 6º do Decreto nº 58.052/2012.
5. Cabe reafirmar que a Controladoria Geral da União possui entendimento já firmado, asseverando que "a Lei de Acesso à Informação não ampara a **formulação de consultas, reclamações e denúncias, bem como pedidos de providências** para a Administração Pública Federal ou solicitações de indenizações. Os pedidos de acesso devem veicular, única e exclusivamente, o acesso a dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato". (Referência: 48700.000688/2014-

Classif. documental

006.03.02.001



Governo do Estado de São Paulo
Secretaria de Governo
Ouvidoria Geral do Estado

71, Órgão ou entidade recorrido: ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica.
Recorrente: A.L.S.S).

6. À vista do exposto, tendo o ente atendido adequadamente ao pedido de informações, **conheço do recurso** e, no mérito, **nego seu provimento**, com fundamento no artigo 11, § 1º, II e § 4º c/c artigo 22 da Lei nº 12.527/2011, ausentes quaisquer das hipóteses recursais previstas no artigo 20 do Decreto nº 58.052/2012.
7. Publique-se no sistema eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão - SIC, para ciência aos interessados. Na ausência de nova manifestação no prazo de 15 (quinze) dias, arquivem-se os autos.

São Paulo, 06 de agosto de 2020.

Vera Wolff Bava
Ouvidora Geral do Estado
Ouvidoria Geral do Estado